

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Mestre, Doutor e livre-docente em Direito Processual Civil pela PUC /SP.

Visiting Scholar da Columbia University, de Nova York.

Professor-Doutor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da PUC/SP nos cursos de graduação especialização, mestrado e doutorado.

Advogado em São Paulo.

PARTES E TERCEIROS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

de acordo com a nova reforma do código de processo civil (leis n. 10.352/2001, 10.358/2001, 10.444/2002, 11.187/2005 e 11.232/2005), com o novo código civil (lei n. 10.406/2002) e com a "reforma do judiciário" (emenda constitucional n. 45/2004)

2ª edição
revista, atualizada e ampliada

Editora Saraiva
2006

347.921(81)
B928p



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bueno, Cassio Scarpinella

Partes e terceiros no processo civil brasileiro / Cassio Scarpinella Bueno;
- 2. ed. rev.; atual. e ampl. - São Paulo : Saraiva, 2006.

Bibliografia.

1. Partes nas ações (Processo civil) - Brasil 2. Processo civil - Brasil 3.
Terceiros (Direito) Brasil I. Título.

05-7842

CDU-347.921(81)

ISBN 85-02-05508-9

Índice para catálogo sistemático: 1. Brasil : Partes e Terceiros :
Processo civil 347.921(81)

Data de fechamento da edição: 30-1-2006.

347.921(81)
B928p



ÍNDICE

PREFÁCIO	XVII
-----------------	-------------

NOTA INTRODUTÓRIA À 2ª EDIÇÃO	XXI
--------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO À 1ª EDIÇÃO	XXV
-------------------------------	------------

CAPÍTULO I - PREMISSAS METODOLÓGICAS

1. Uma proposta de aproximação do direito processual ao direito material	1
2. Partes e terceiros: apresentação de um critério distintivo útil	3
2.1. O fenômeno da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil	11
3. Legitimação ordinária e extraordinária	14
4. Efeitos das decisões jurisdicionais e coisa julgada	17
5. Princípio da economia processual	19

CAPÍTULO II - PARTES

1. Considerações preambulares	23
2. Pressupostos processuais referentes às partes	25
3. Legitimidade para a causa	31
4. Menores em juízo e sua legitimidade processual e para a causa	37
5. Especificamente o art. 10 do CPC: a legitimidade dos cônjuges	40
6. Legitimidade extraordinária	50
7. O legitimado extraordinário é parte	55
8. O "interesse" do substituto processual	56
9. Atuação do substituto processual	57
10. Substituição processual e coisa julgada	59
11. Sucessão processual	66
12. Substituição processual e sucessão no processo: confronto	69
13. O adquirente do bem litigioso	71
14. A imutabilidade das partes e os processos de execução e cautelar	72

CAPÍTULO III - LITISCONSÓRCIO

1. Considerações preambulares	75
2. O litisconsorte como parte na relação processual: parte plúrima	77

347.921(81)
B928p



3. Hipóteses em que a lei autoriza a formação de litisconsórcio:	
litisconsórcio facultativo	80
3.1. Especificamente o art. 46 do CPC	82
3.1.1. Confronto entre os incisos II e III do art. 46.	
A conexão de causas	86
3.2. O réu e o litisconsórcio facultativo	88
3.3. Especificamente o parágrafo único do art. 46: a limitação do litisconsórcio facultativo	92
3.4. Litisconsórcio facultativo sucessivo, alternativo ou eventual	98
4. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.	
Duas figuras distintas com regimes jurídicos próprios	111
4.1. Especificamente a "comunhão de bens ou de obrigações relativamente à lide" (art. 46,1)	119
4.2. Obrigações solidárias	121
4.3. Anulação de assembléia de sociedade anônima	125
4.4. Ação movida em face do pai, fundamentada em responsabilidade de filho menor de 18 anos	128
4.5. Ação destinada à impugnação de testamento	129
4.6. Ações contra o racionamento de energia elétrica ("apagão")	130
4.7. Litisconsórcio necessário e o art. 472 do CPC	132
5. Ausência de participação de litisconsorte necessário e a "ineficácia" da sentença	134
5.1. A arguição da ausência do litisconsorte necessário	137
5.2 A ausência do litisconsorte necessário: a intervenção por determinação judicial	139
6. Intervenção litisconsorcial voluntária	142
7. O art. 48 e o princípio da autonomia dos litisconsortes	147
7.1. O art. 48 e o litisconsórcio unitário	150
7.2. A diversidade de procuradores e o litisconsórcio	154
8. Litisconsórcio e os processos de execução e cautelar	158

CAPÍTULO IV - ASSISTÊNCIA

1. Considerações preambulares	161
2. Especificamente o interesse jurídico do assistente: a assistência simples e a litisconsorcial	164
3. Formulação do pedido de assistência	167
4. O indeferimento do pedido de assistência	169
5. O ingresso do assistente	173
6. Os poderes do assistente	175
6.1. Assistência e antecipação da tutela jurisdicional	181

347.921(81)
B928p



7. Assistente simples, coisa julgada e justiça da decisão	185
8. Assistente litisconsorcial, coisa julgada e justiça da decisão	187
9. Especificamente a justiça da decisão (CPC, art. 55)	191
10. A justiça da decisão e o art. 474 do CPC	194
11. O recurso de terceiro prejudicado e a assistência	195
12. A assistência da União Federal e o art. 5º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997	198
13. A assistência da OAB nos termos do art. 49, parágrafo único, da Lei n. 8.906/94	201
14. Assistência e intervenção do <i>amicus curiae</i>	204

CAPÍTULO V - OPOSIÇÃO

1. Considerações preambulares	207
2. A propositura da oposição	209
3. A citação dos opostos	210
4. Litisconsórcio entre os opostos	211
5. Extinção da causa principal e a oposição	213
6. Especialmente o julgamento da oposição	217

CAPÍTULO VI - NOMEAÇÃO À AUTORIA

1. Considerações preambulares	219
2. As hipóteses de cabimento da nomeação à autoria	220
3. A nomeação à autoria é um dever do réu	225
4. O pedido de nomeação à autoria	227
5. A recusa do nomeado	229
6. A aceitação do nomeado pelo autor	232
7. Nomeação à autoria e os processos de execução e cautelar	233
7.1. Nomeação à autoria nos embargos do devedor e na execução por título judicial e extrajudicial	234
7.2. Nomeação à autoria e embargos de terceiro	236
8. Nomeação à autoria e mandado de segurança	237

CAPÍTULO VII - DENUNCIAÇÃO DA LIDE

1. Considerações preambulares	241
2. A obrigatoriedade da denúncia da lide	243
3. Hipóteses de denúncia da lide: o art. 70, I	246
3.1. Ainda a denúncia da lide e o art. 70, I	248
4. A denúncia da lide e o art. 70, II	249
5. A denúncia da lide e o art. 70, III	251
5.1. Especificamente a denúncia da lide nos casos de responsabilidade objetiva do Estado	256

347.921(81)
B928p



5.2. O art. 70, III, e os casos de denunciação da lide pelo autor	261
6. Procedimento da denunciação da lide	262
6.1. A denunciação da lide pelo autor	264
6.2. A denunciação da lide pelo réu	266
6.2.1. Denunciação da lide e arguição de ilegitimidade passiva	269
7. Relações entre o denunciado e o denunciante: litisconsórcio ou assistência?	271
7.1. O denunciado como litisconsorte do denunciante	275
7.2. Denunciação da lide e o art. 191 do CPC	276
7.3. Desistência da ação e denunciação da lide	278
7.4. Reconhecimento jurídico do pedido e denunciação da lide	280
8. A denunciação da lide sucessiva e o art. 73	282
8.1. Limite processual da denunciação da lide sucessiva	284
8.2. Denunciação sucessiva e o art. 456 do Novo Código Civil	286
8.2.1. Especificamente a denunciação da lide e o art.456, parágrafo único, do Novo Código Civil	289
9. O denunciado e os efeitos da sentença	296
9.1. Ainda o denunciado e os efeitos da sentença: a condenação "direta" do denunciado em face do adversário do denunciante	299
9.2. Uma vez mais o parágrafo único do art. 456 do Novo Código Civil	304
9.2.1. Especificamente a denunciação da lide e o contrato de seguro	306
9.3. Denunciação da lide e verbas de sucumbência	312
10. Denunciação da lide e o art. 515, § 32, do CPC	315
11. Denunciação da lide e procedimento sumário: o art. 280 do CPC e a Lei n. 10.444/2002	317
12. Denunciação da lide e os processos de execução e cautelar	320

CAPÍTULO VIII - CHAMAMENTO AO PROCESSO

1. Considerações preambulares	321
2. A finalidade do chamamento ao processo	322
3. Hipóteses de chamamento ao processo	327
3.1. O devedor de alimentos e o art, 1.698 do Novo Código Civil	328
4. Procedimento do chamamento ao processo	341
5. O litisconsórcio entre os chamados	342
6. O autor não pode chamar ao processo	346
6.1. Desistência da ação e chamamento ao processo	347
7. Chamado ao processo, efeitos da sentença e coisa julgada	352
8. Chamamento ao processo e denunciação da lide: confronto	354

347.921(81)
B928p



9. Chamamento ao processo e nomeação à autoria: confronto	358
10. Chamamento ao processo e os processos de execução, cautelar e monitório	360

BIBLIOGRAFIA	363
---------------------	-----

347.921(81)
B928p

